



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade
Sub-Eixo: Ênfase em Gênero

VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS ENTRE MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964-1985: PEQUENA MEMÓRIA PARA UM TEMPO SEM MEMÓRIA”

Elaene Rodrigues¹

Resume: Este trabalho é resultado da minha pesquisa de doutorado que se propôs o estudo das violências e resistências vivenciadas por mulheres do serviço social em sua inserção no enfrentamento à ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985. A complexidade desse tema está relacionada à formação social brasileira e, portanto, à forma como o capitalismo aqui se expressou. Destaca-se como hipótese de trabalho, nesta tese, a afirmação de que as relações patriarcais devem ser associadas à explicação da produção e reprodução das relações sociais capitalistas no país, bem como de que ditadura civil-militar freou o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão em sua vertente crítica, só expressa e retomada no Brasil a partir de 1979. A aproximação ao objeto de estudo encontra convergência com a inserção de sua autora junto à temática da violência contra a mulher. Esta proximidade é traduzida por experiências de cunho acadêmico e profissional. O vínculo com a bandeira de luta das mulheres, ou seja, do feminismo – como movimento social emancipatório que se propõem a superação da dominação/exploração patriarcal capitalista, pautando a igualdade e a liberdade para mulheres –, esteve, portanto, relacionada ao interesse em realizar esta pesquisa. Para a realização deste estudo qualitativo e de natureza exploratória se recorreu, além da revisão teórico-bibliográfica, ao trabalho de campo envolvendo entrevistas com 10 (dez) mulheres do Serviço Social que estiveram inseridas, como estudantes, assistentes sociais e/ou docentes, nas lutas e resistências daquele período, bem como sofreram diferentes tipos de violência nesse processo. Também foram consultadas fontes documentais diversas, desde aquelas já publicadas até a consulta e análise de registros do Sistema Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Arquivo Nacional, no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. A ditadura instalada pelo golpe civil-militar em 1964, desde seus momentos iniciais até seu declínio, se impôs abertamente pela força militar, coerção e violência, ao mesmo tempo em que restringiu ao limite os direitos mais elementares. Também foram múltiplas as formas de violência experimentadas e que se especificam entre as mulheres – física, psíquica, sexual, institucional –; enfim, violências que são explicadas nesta tese como relações patriarcais, que se associam às relações sociais capitalistas no país. Também são explorados os processos relacionados à experiência daquela geração, procurando identificar e estabelecer possíveis relações com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), ou “Congresso da Virada” como usualmente é lembrado, e a retomada da vertente crítica na profissão.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Serviço social. Relações patriarcais. Violência contra a mulher. Resistências.

A ditadura civil-militar de 1964-1985 ainda não foi amplamente discutida e analisada, tanto em relação ao momento histórico em si quanto em suas consequências na contemporaneidade, mas esta tese ousa tocar em aspecto até

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Brasília, E-mail: elaeneceara@gmail.com.

recentemente silenciado, que ficava na memória subterrânea de algumas protagonistas daquele doloroso processo histórico. Assim, trata-se aqui, justamente, da pesquisa e análise da experiência de mulheres que resistiram à ditadura, que lutaram e sofreram a dor indizível das várias violências exercidas pelos agentes públicos do Estado. Seu recorte privilegia, dessa forma, o estudo de mulheres do Serviço Social – estudantes, assistentes sociais e/ou docentes – em sua inserção naquele momento histórico da sociedade brasileira, procurando conhecer e explicitar os processos de violências e resistências experimentados. A hipótese foi formulada, portanto, afirmando que a especificidade da condição de mulheres do Serviço Social que vivenciaram violências na ditadura civil-militar de 1964-1985 explica-se pela associação à produção e reprodução social das relações sociais capitalistas; sendo que essa ditadura freou o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão em uma perspectiva crítica, só expressa e retomada no Brasil a partir de 1979, resultado de lutas pela redemocratização no país e, também, de resistências dessas mulheres em diferentes espaços.

A história brasileira é marcada por opressões e diversas formas de repressão violentas e bárbaras. Mas, em meio às contradições, é marcada também por lutas, revoltas, resistências e significativas manifestações das lutas de classe. Quando agora esta tese é apresentada, experimenta-se no Brasil mais um momento de inflexão histórica, evidenciando a expressiva sintonia fina entre processos econômicos, políticos e socioculturais que reatualizam traços da formação social brasileira.

De fato, em um contexto de crise estrutural do capital (MARX, 2009; MANDEL, 1985) agudizam-se as expressões da questão social revelando a barbárie cotidiana que assola, sem trégua, a classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2015). Afinal, os processos contemporâneos de acumulação capitalista, em sua sanha para ampliar as taxas de lucros, se renovam incessantemente na tentativa de assegurar as bases sociais de reprodução do capital. De acordo com Mézáros (2002), o capitalismo procura edificar novos padrões de acumulação, através de uma reestruturação, aos novos modos de sobrevivência do capital e frente à sua crise estrutural.

Essa crise, que hoje vivencia-se, traz elementos importantes para ser analisados como o conservadorismo², que se expressa em discursos e práticas que defendem o retorno à ditadura, mas, também, através da violência, do racismo, da

² “O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação malfeita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma [expressão] da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que [têm] por fundamento as relações sociais determinantes”. (IASI, 2015).

homofobia, do machismo. Apregoam-se medos e ameaças contra a esquerda, em especial devido ao antipetismo, ao comunismo, ao tempo em que se debate e se faz a defesa de um suposto combate à corrupção, entre outros itens de uma pauta conservadora e reveladora de nossa sociedade, mais explicitados em momentos de golpe no Brasil.

O estudo dessa temática é tensionado pelas contradições deste tempo histórico, por sentimentos, por exemplo, de ter que se trancar em casa quando se deveria estar nas ruas e nas manifestações, só possível de ser feito de modo pontual. É momento também marcado pelo compromisso de concluir esse ciclo e não se perder no medo e na dor de uma geração que nunca tinha vivenciado tanto conservadorismo, violência e falsos valores morais, muitas vezes expressos por amigos e familiares e em espaços comumente frequentados. No caldeirão desses sentimentos surge a esperança e busca-se superar a dor em resistência e acreditar nos sonhos.

Afinal, o contexto atual reedita velhas e novas formas de violência que são típicas do conservadorismo brasileiro, muitas vezes, comumente manifestado no machismo, no racismo, na xenofobia, na homofobia como particularidades das lutas de classes no país. A extrema direita tem conseguido despertar na sociedade forças reacionárias que ameaçam a integridade física e moral da maioria da população. Não estavam simplesmente apresentando suas propostas quando disputaram a eleição de 2018, estavam dando continuidade e operando um golpe contra a democracia e a sociedade de direitos. A exemplo, basta lembrar da frase do presidente recém-eleito, no programa Roda Viva, de 30 de julho de 2018: "Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor". O então presidenciável defendeu, ainda, a atuação dos militares em casos de tortura e, também, a figura do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015)³, a quem já havia homenageado, em momento anterior, em seu voto durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Todos os dias recebe-se e se lê notícias de atentados notificados, em que apoiadores de Jair Bolsonaro constrangeram, ameaçaram, agrediram ou mataram pessoas, como foi o caso do mestre Moa do Katendê, assassinado com doze facadas, covardemente pelas costas, no estado da Bahia, após declarar seu voto no candidato oponente, do Partido dos Trabalhadores (PT) e que foi, também, eleito para o segundo turno. Essas agressões dão corpo a uma escalada de violência política, a qual poderiam somar-se tantos outros casos, como o assassinato da vereadora do Rio de

³ Coronel militar a quem são creditados crimes de tortura durante a Ditadura de 1964-1985, inclusive à Dilma Rousseff, na época militante política.

Janeiro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RJ), Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes, de Jorginho Guajajara e de muitas outras lideranças do Movimento Sem Terra (MST) e indígenas, ainda em 2018. Compreende-se todos esses casos como expressão de luta de classes em meio à crise do capital e ao contexto de crescimento de discursos e práticas típicos do fascismo.

As lutas sociais também tomam forma na força das mulheres e do feminismo, em meio a outros movimentos sociais, para além das mídias e redes sociais. No âmbito da mobilização social, as mulheres têm lutado intensamente nas ruas contra as diversas manifestações de violência, expressas tipicamente por relações patriarcais. Em 2015, no Brasil, a “Primavera das Mulheres” tomou conta das ruas, combatendo o aparelhamento religioso do Estado e as propostas advindas dos setores mais fundamentalistas e conservadores do Congresso Nacional, que intentavam, dentre outras medidas, com o cerceamento do direito das mulheres ao aborto, nos casos em que já é legalizado.

As mulheres e feministas durante esse período estiveram engajadas nas lutas, nas ruas e em outros espaços, frente a essa onda de recrudescimento e de retirada de direitos para a população brasileira. Em especial, para aquelas condições nas quais as mulheres são as mais diretamente atingidas, uma vez que são a maioria da população e as que sofrem, de forma mais aguda, tais processos. Por vezes e quando se está diante de uma crise do capital, as mulheres são as que sofrem as primeiras consequências, quando se associam às relações sociais próprias ao capitalismo, as dimensões do patriarcado e/ou, ainda, também, podem ser somados aquelas de raça e etnia, como expressões que fundam as classes sociais no Brasil, em suas desigualdades sociais e em seu conservadorismo.

A eleição de 2018 é a mais complexa da história recente da democracia brasileira, na terceira década de sua reconstrução, ao suceder o ciclo autoritário que durou 21 anos e sob o controle dos militares. É também realizada pouco depois de efetivado um golpe que tirou do poder Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta da República, em processo eivado de controvérsias sobre sua pertinência e expressão clara de que o autoritarismo, na política do país, não foi suficientemente superado.

Nesse atual e recente processo eleitoral do país, em 2018, ganhou protagonismo um candidato com perfil fascista, misógino, racista que cedo assumiu o primeiro lugar das pesquisas eleitorais, ao tempo em que as mulheres, de todas as raças e classes, foram às ruas, no Brasil e em várias cidades do mundo todo, em combate aberto a esse projeto e seu candidato. Em ato multipartidário, várias tendências políticas, movimentos sociais organizados, autonomistas e pessoas em

geral, e não necessariamente ligadas a organizações, se uniram às ruas no enfrentamento a um projeto típico de fascismo expresso na candidatura de Jair Bolsonaro. Em consequência dessas mobilizações e depois da “Marcha #Ele Não”, de 29 de setembro de 2018, a extrema direita utilizou a estratégia de estigmatizar e veicular, diuturnamente, mentiras sobre as mulheres e o feminismo, principalmente a partir das redes sociais. A estratégia era de procurar chocar e amedrontar a população, propagando imagens, em grande parte compostas por montagens, falsas e/ou descontextualizadas, do ato das mulheres. As forças de esquerda, em boa medida marcadas ainda pelo machismo, apresentaram-se com uma retórica defensiva diante das *fake news* – a estratégia por excelência utilizada pelo candidato na apresentação ao seu eleitorado e que foi decisiva para a vitória eleitoral.

Leandro Konder (2009), em seu livro “Introdução ao Fascismo”, aponta elementos interessantes para a compreensão desse fenômeno. O fascismo, tal como Togliatti e outros o definiram, é uma expressão política da pequena burguesia que serve aos interesses do grande capital monopolista/financeiro ao lograr apoio de massas que integram as classes trabalhadoras. Ideologicamente opera necessariamente apagando suas pegadas relativas ao seu pertencimento de classe, e, para tanto, é essencial a ideia de Nação, de onde deriva a primeira característica do pensamento conservador: ele é extremadamente nacionalista.

O feminismo foi vitorioso ao alcançar vários direitos, mas não conseguiu romper com o estigma que ronda o movimento. Assim, os setores conservadores tentam distanciar-se do feminismo, considerando que as mulheres que assim se intitulam são imorais, loucas, putas, lésbicas e/ou “aborteiras”. Afinal, o conservadorismo não veio de lugar nenhum, sempre esteve ali nas relações que constituem o cotidiano e a consciência imediata das pessoas.

Na recente ditadura, as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam como agentes políticos ao se insurgirem contra o regime autoritário e ao romper com os padrões tradicionais de gênero quando ocupam o espaço público e a arena política (COLLING, 1997)

Não se trata nesta tese, contudo, de vitimizar, mais uma vez, as mulheres, nem de construir figuras heroicas ou idealizadas. Trata-se, antes, de abrir espaços para outras memórias. Ao lembrar da ditadura civil-militar e das lutas de resistência nesse período, a pretensão é que a tirania e a violência não se repitam, que a ausência de democracia seja lamentada e que as pessoas que lutaram contra essa ditadura sejam lembradas.

A história brasileira é marcada pelo sofrimento provocado por decisões políticas de teor violento que perpassaram o século XX. Os que testemunharam essas

experiências têm conquistado um espaço de escuta e introduzido, também, entre nós o problema de pensar sobre a função da memória.

Embora a Comissão da Verdade tenha apontando vários elementos da violência que marcou o período da ditadura civil-militar e contribuído para que muitas mulheres e homens fossem escutados e tiveram suas histórias pessoais e coletivas registradas, mantiveram-se silêncios sobre o conjunto dessa parte da história nacional, o que configurou a iniciativa como frágil do ponto de vista político e ideológico. É inexplicável que o Brasil, quase 34 anos depois do fim daquela ditadura, ainda não tenha feito um esforço suficientemente efetivo para apurar os crimes cometidos pelos seus agentes militares e civis, que atuaram durante esse período pavoroso de nossa história e – o mais importante – não ter empreendido ações decisivas de punir de modo exemplar os autores dessas violências. Não é à toa que tantos jovens no Brasil demonstrem desconhecimento sobre este fato histórico e/ou o concebem de um ponto de vista perigosamente reacionário, apontando a luta revolucionária e de resistência à ditadura civil-militar como “terrorismo” (termo usado, vejam só, pela Ditadura Brasileira). Uma situação bem diversa do que ocorreu em países como Chile e Argentina que dividiram a experiência daquelas barbaridades conosco, mas que construíram outras respostas e resistências. Portanto, como os militares brasileiros que assassinaram e/ou torturaram centenas de jovens friamente jamais foram expostos e/ou punidos, criou-se uma atmosfera de “inocência” (ou apenas de “danos colaterais da guerra”) injusta e perigosa. Como a Lei da Anistia não contribuiu de forma direta com a justiça das pessoas desaparecidas, seus familiares não conseguiram, até hoje, a cicatrização de feridas que insistem em sangrar.

Nesse sentido, a proposta desta tese é a de registrar pequena parte da memória de mulheres do Serviço Social que atuaram através de diferentes formas e frentes de resistência ao contexto de ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985, buscando desvendar sonhos e utopias silenciados pelos gritos, espancamentos, mutilações – isto é, as violências e resistências experimentadas por essas mulheres. A partir de pesquisa junto aos arquivos documentais e à realização de entrevistas com uma parcela dessas mulheres, ao lado da revisão teórico-bibliográfica, este processo investigativo procurou reconstruir suas trajetórias de violências e resistências experimentadas. Aproximou-se, assim, de paixões, ideologias, costumes, valores de uma categoria, formada eminentemente por mulheres, que resistiram e sofreram as mais variadas violações de direitos. Também se tornou necessário afirmar a relação do Serviço Social com a participação das mulheres na vida política – aqui, nesse desenho de pesquisa, especificamente, com o recorte desse período de violência e obscurantismo. Isto é, procurou-se estabelecer, ainda, aproximações a processos que

podem revelar contribuições no entendimento de como tal atuação pode, também, ter contribuído para a construção de um projeto ético-político da profissão, com caráter mais crítico e comprometido com a classe trabalhadora, mesmo reconhecendo os limites dessa profissão e a presença, tanto ontem quanto hoje, do conservadorismo em seu interior.

A história política brasileira em termos das lutas e resistências, ou seja, de participação política das mulheres, tem suas particularidades, se configurando de forma relacionada a processos de exploração/dominação de suas vidas em diferentes dimensões – desde a vida privada até os diversos espaços de sua inserção na sociedade. Tal realidade tem como base a constituição da sociedade patriarcal-racista e capitalista como sistema articulado de dominação dos homens.

Esses processos de exploração e dominação das mulheres são perpassados por múltiplas desigualdades sociais e, em especial, também pelas de raça e etnia, na conformação das classes sociais, assim como são diferenciados de acordo com o tempo histórico e a realidade social em que estiveram e estão inseridas. Sendo assim, acredita-se que, também diante desse contexto, é mais que importante deixar o registro da história de resistências e as violações de direitos que vivenciaram e que contribuem como legado para futuras gerações.

Recuperar e dar visibilidade às histórias vivenciadas e contadas pelas assistentes sociais nesse período árduo e sombrio que foi a ditadura civil-militar – através de depoimentos, entrevistas, pesquisa documental e teórico-bibliográfica – é um ato de respeito e gratidão por tudo que o Serviço Social e seus agentes profissionais constituíram e que é resultado, também, dos atos individuais e coletivos dessas mulheres.

O passado e o presente são marcados, ainda, pelas derrotas históricas daquela geração e as que se seguiram. Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que nasceu vinculada ao pensamento conservador (NETTO, 2011). Marilda Iamamoto (2008) foi uma das primeiras autoras no campo do Serviço Social brasileiro a escrever sobre os fundamentos dessa herança conservadora, por meio de uma teoria crítica. De acordo com sua análise, as marcas de origem da profissão estão situadas no “bojo do reformismo conservador” no Brasil: estas renovam e preservam “seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17), ao tempo em que intensas transformações sociais e políticas marcavam o contexto nacional sob um governo ditatorial.

Esta tese é intitulada “Pequena memória para um tempo sem memória: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985”. A citação de Gonzaguinha que abre seu título tem o intuito de lembrar a

importância deste período – hoje, cada vez mais, esta memória, é não só necessária, mas urgente. Já violências e resistências – assim, no plural –, que integram o subtítulo da tese, têm o objetivo de expressar as distintas e múltiplas manifestações e experiências daquele contexto sombrio e aterrorizador da ditadura civil-militar, de 1964-1985, no Brasil.

Por sua vez, em cada capítulo adotou-se o nome de filmes em sua abertura – seguido dos conteúdos de que tratam especificamente – considerando que, também, registram parte dessa história e cujo enredo é comentado em nota de rodapé. A ideia de iniciar o capítulo com o nome de obras fílmicas é entender o diálogo acerca das relações entre cinema e sociedade, pois as obras fílmicas, enquanto produções culturais, podem ser consideradas meios legítimos e diferenciados para o conhecimento da sociedade, de forma cultural e política. E, de fato, no processo de pesquisa para a tese foram considerados os conteúdos de muitos filmes que ajudaram a elucidar o contexto histórico-social desse período autoritário, contribuindo para um outro olhar, em sua análise e interpretação.

A tese está organizada, em termos de sua exposição, na sequência de quatro capítulos aqui, sucintamente, designados. Após a introdução, são apresentados no primeiro capítulo o percurso metodológico de pesquisa e o processo da elaboração da tese. Também são problematizados os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a aproximação ao objeto de estudo.

Na segunda parte deste capítulo, traça-se o perfil das informantes entrevistadas para a pesquisa. Objetiva-se, assim, evidenciar quem são estas mulheres, quando em suas trajetórias e experiências de vida no período da ditadura brasileira foram indagadas e perscrutadas no processo de pesquisa. Em suas similaridades, mas preservando sua diversidade e singularidade, a reconstituição de suas trajetórias permite realizar uma aproximação entre elas, de forma a apreender suas experiências como constitutivas e conformadoras de um grupo de pesquisa (MINAYO, 1999). Composto por 10 (dez) mulheres é possível, a partir destes depoimentos pessoais, resgatar a memória de um projeto comum, marcado pela participação em distintas organizações políticas e/ou movimentos populares e que, ainda que em níveis diferentes de inserção, se opuseram à ditadura civil-militar brasileira e, certamente, sofreram a violência do Estado como resposta a esta experiência.

No segundo capítulo, em sua primeira parte, são reconstituídos os antecedentes históricos do golpe, o processo que conduziu à destituição do governo de João Goulart, o significado desse período em sua conexão com a luta de classes no plano interno e a contrarrevolução do capital no plano mundial. No segundo

momento, são abordados o autoritarismo e a violência de Estado, a partir da atualização das raízes coloniais do Brasil, como chave de leitura para entendimento da ruptura institucional e política de 1964, em consonância com a inconclusa “revolução burguesa” no país (FERNANDES, 2006). Ao mesmo tempo, a discussão que se pauta em revisitar o passado brasileiro é fundamental para se compreender e explicar a forma particular de violência contra as mulheres nos porões sórdidos da ditadura e em outros âmbitos da vida pessoal, política e profissional – tema a ser analisado, com maior densidade, no terceiro e próximo capítulo.

Ao longo deste capítulo, as mulheres do Serviço Social, também contribuem, particularmente, com ilustrações de estratos de seus depoimentos pessoais, colhidos nas entrevistas, e de outros materiais documentais, na explicitação sobre o processo que levou a instauração da ditadura civil-militar e o próprio significado do golpe – momento de expressão concreta de sujeitos históricos e suas trajetórias de resistência, de violências sofridas e de sobrevivência na luta política pela democracia e contra a desigualdade social.

Constitui a exposição do capítulo terceiro a abordagem da participação política das mulheres no período de ditadura civil-militar, quando é apresentada a história do feminismo e movimento de mulheres. Isto é, trata-se do histórico do feminismo, utilizando conceitos considerados fundantes para este estudo, tais como: patriarcado, relações patriarcais, divisão sexual do trabalho no capitalismo e violência contra a mulher. Aborda-se a violência contra a mulher como estruturante do patriarcado-racismo e capitalismo, considerando as violências vivenciadas no período, marcado por muita repressão e que fez muitas vítimas na forma de prisões, torturas, mortes, desaparecimento e perda de direitos. No outro momento do capítulo, volta-se para a contribuição e formas de participação das mulheres no Movimento da Anistia Internacional e no processo de redemocratização do país. Estes são abordados em sua contribuição para a análise das resistências e as violências vivenciadas pelas mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985.

Já no quarto e último capítulo, é realizada uma aproximação às condições históricas particulares, no âmbito do Serviço Social, nas quais se inseriu a luta política das mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes que se confrontaram e reagiram à ditadura civil-militar de 1964-1985. De modo geral, suas lutas e contestações de caráter político-ideológico expressam a reação ao histórico conservadorismo que marca a profissão desde sua gênese, em especial, à feição mais crítica que buscava redirecionar a ação profissional em outras bases teórico-metodológicas.

É exatamente essa tendência mais crítica que será travada imediatamente, no contexto da ditadura civil-militar a partir de 1964, pelas condições gerais de falta de liberdade, restrição dos espaços de debate e de suspensão de alguns sujeitos políticos de seus ambientes de trabalho e de formação. Desse modo, o fundamental neste capítulo foi o objetivo de expressar os aspectos relativos às lutas, perseguições no âmbito profissional e político dessas mulheres do Serviço Social, diretamente atingidas pelo terrorismo estatal e com claro prejuízo para a construção da vertente que Netto (1991) designou “intenção de ruptura”. Esta vertente só pôde se desenvolver nas décadas seguintes, de redemocratização do país, e contando com a participação de muitas dessas mulheres, tendo como marca desse protagonismo o “Congresso da Virada” ocorrido em 1979. Assim, a aproximação com esse processo histórico contribui para o debate crítico na profissão, quando se analisa os impactos e repercussões dessas violências, perseguições e perdas de direitos, bem como das resistências e lutas dessas mulheres para o movimento de renovação da profissão e, da mesma forma, para a organização da categoria já quando avança a resistência democrática, cujo marco foi aquele congresso.

Por fim, a título de considerações finais, é apresentada uma síntese dos principais resultados, bem como os limites e desafios postos à investigação, as superações possíveis no decurso do processo de pesquisa e a proposição de questões para estudos futuros.